

## **Immanuel Kant: *Sobre um recentemente enaltecido tom de distinção na Filosofia***

Traduzido do original alemão, sob a coordenação de Valerio Rohden, com a participação de Adriano Perin, Aguinaldo Maragno Amaral, Alberto Paulo Neto, Berta Rieg Scherer, Carmelita Schulze, Charles Feldhaus, Daiane Martins Rocha, Eliana Márcia Koch, Júlia Aschermann Mendes de Almeida, Leandro dos Santos e Mara Rosane Dalsotto da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

[AA VIII 389]

O nome de filosofia, depois que ele abandonara seu primeiro significado de uma científica sabedoria de vida, tornou-se já muito cedo título de ornamento do entendimento de pensadores não comuns, para os quais ela agora representa uma espécie de desvelamento de um segredo. – Para os *ascetas* do deserto Macário chamou-se seu *monasticismo* de filosofia. O *alquimista* denominou-se *philosophus per ignem*.<sup>1</sup> Os *maçons* de épocas antigas e modernas são adeptos de um segredo mediante tradição, sobre o qual para nossa inveja eles não *querem* dizer-nos nada (*philosophus per initiationem*).<sup>2</sup> Finalmente, os últimos detentores do mesmo são aqueles que o têm *em si*, mas infelizmente não *podem* expressá-lo e comunicá-lo universalmente pela linguagem (*philosophus per inspirationem*).<sup>3</sup> Ora, se existisse um conhecimento do supra-sensível (que unicamente de um ponto de vista teórico é um verdadeiro segredo), cujo desvelamento, entretanto, é de um ponto de vista prático possível ao entendimento: então tal <conhecimento> a partir do mesmo, como uma faculdade de conhecer *mediante conceitos*, seria de longe inferior àquela faculdade que poderia ser percebida imediatamente pelo entendimento

---

<sup>1</sup> Filósofo pelo fogo.

<sup>2</sup> Filósofo por iniciação.

<sup>3</sup> Filósofo por inspiração.

como uma faculdade de *intuição*. Pois o entendimento discursivo tem de investir muito trabalho através do primeiro para a dissolução e, por sua vez, para composição de seus conceitos segundo princípios e galgar penosamente muitos estágios para progredir no conhecimento, ao invés do que uma *intuição intelectual* captaria e exibiria o objeto imediatamente e de uma única vez. – Quem, portanto, se julga em posse da última olhará para o primeiro <procedimento> com desprezo; e, inversamente, a comodidade de tal uso da razão é uma forte tentação a audaciosamente admitir tal faculdade de intuir, e do mesmo modo a recomendar como melhor uma filosofia fundada sobre ela: o que também se deixa facilmente explicar a partir da propensão egoísta natural dos seres humanos, que a razão tacitamente segue.

[AA 390] Ou seja, não reside apenas na indolência natural, mas também na vaidade dos seres humanos (em uma liberdade mal-compreendida), que aqueles que *têm para viver*, quer farta ou miseravelmente, se consideram *distintos* em comparação com aqueles que têm de trabalhar para viver. O *árabe* ou o *mongol* despreza o cidadão e julga-se distinto em comparação com ele: porque a perambulação no deserto com seus cavalos e ovelhas é mais divertimento do que trabalho. O *tunguse* dos bosques crê lançar uma maldição pela goela de seu irmão, quando diz: “Que tu mesmo possas criar o teu gado como o *buriate!*” Este transmite a maldição adiante e diz: “Que tu possas cultivar a terra como o *russo!*” O último talvez dirá, segundo o seu modo de pensar: “Que tu possas sentar na cadeira de tecelão como o alemão!”. Em uma palavra: todos se presumem distintos, na medida em que crêem não precisar trabalhar; e com base neste princípio chegou-se recentemente ao ponto que uma pretensa filosofia – na qual se é permitido de não *trabalhar*, mas somente dar ouvidos ao oráculo em si próprio e fruí-lo para apropriar-se desde o fundo de toda a sabedoria, à qual se está determinado com a filosofia – se anuncia aberta e publicamente: e isto na verdade em um tom que indica que eles absolutamente não pensam pôr-se na mesma linha daqueles que, conformemente à *doutrina da escola*, se consideram obrigados a progredir lenta e ponderadamente, desde a crítica de sua faculdade de conhecer até o conhecimento dogmático, mas que *de modo genial* estão aptos a, através de um único olhar perspicaz ao seu interior, realizar tudo aquilo que o zelo por si só pode proporcionar, e ainda mais. A ocupação com ciências que exigem trabalho, como a matemática, a ciência natural, a história antiga, a linguística etc., até mesmo com a filosofia, na medida em que ela é constrangida a envolver-se no desenvolvimento metódico e na comparação sistemática dos conceitos, pode

bem pedantemente tornar algum *soberbo*; mas não pode ocorrer a nenhum outro senão ao filósofo da *intuição*, que não efetua suas demonstrações pelo trabalho hercúleo do auto-conhecimento de baixo para cima, mas sobrevoando-o, por uma apoteose que não lhe custa nada, de cima para baixo, proceder *distintamente*: porque ele aí fala por autoridade própria e por isso não se sente obrigado a prestar contas a ninguém.

E agora ao assunto propriamente dito!

\*\*\*

[AA 391] *Platão*, tanto matemático quanto filósofo, admirava nas propriedades de certas figuras geométricas, por exemplo, do círculo, uma espécie de *conformidade finalística*, isto é, uma aptidão para a resolução de uma multiplicidade de problemas, ou uma multiplicidade de resolução de um e mesmo problema (como por exemplo, na doutrina da geometria espacial) a partir de um princípio, exatamente como se as exigências para construção de certos conceitos de grandeza fossem<sup>4</sup> postos intencionalmente neles, embora deles se pudesse ter a priori uma perspicácia<sup>5</sup> e uma prova como necessárias. Porém conformidade finalística é apenas pensável mediante <referência> do objeto a um entendimento como causa.

Ora, como nós com nosso entendimento, enquanto uma faculdade de conhecer *mediante conceitos*, não podemos ampliar a priori o conhecimento além de nosso conceito (o que, contudo, na matemática efetivamente acontece): assim *Platão* tinha de admitir para nós seres humanos *intuições* a priori, as quais, porém, não teriam sua *origem* primeira em *nosso* entendimento (pois nosso entendimento não é uma faculdade de intuir, mas somente uma faculdade discursiva ou de pensar), mas em um entendimento que seria ao mesmo tempo o fundamento originário de todas as coisas, isto é, no entendimento divino, cujas intuições mereceriam então ser chamadas *diretamente* arquétipos (ideias). Mas nossa intuição destas ideias divinas (pois nós teríamos de pelo menos ter uma intuição a priori, se quiséssemos tornar compreensível para nós a faculdade de proposições sintéticas a priori na matemática pura) nos teria sido con-

---

<sup>4</sup> A = “sei”. Optamos pela correção da AA: “seien”.

<sup>5</sup> No original, *Einsicht*. Aportuguesamento do termo latino perspicientia sugerido por Kant e provavelmente tomado por ele de Cícero (cf. Reflexão 426, AA XV/1, p. 171).

cedida apenas *indiretamente* com o nosso nascimento, como a cópia (ectypa), por assim dizer o perfil de todas as coisas, que conhecemos sinteticamente a priori, mas que ao mesmo tempo teria comportado um obscurecimento dessas ideias mediante o esquecimento de sua origem: como uma conseqüência disso, o nosso espírito (doravante chamado alma) teria sido confinado em um corpo, de cujos grilhões libertar-se gradualmente teria de ser agora a nobre ocupação da filosofia.<sup>6</sup>

[AA 392] Mas, além disso, temos de não esquecer *Pitágoras*, sobre o qual certamente conhecemos muito pouco para estabelecer algo seguro sobre o princípio metafísico de sua filosofia. - Como em Platão as maravilhas das *figuras* (da geometria), assim em Pitágoras as maravilhas dos *números* (da aritmética), isto é, a aparência de certa conformidade finalística e uma aptidão, por assim dizer posta intencionalmente na natureza da mesma, para a resolução de muitos problemas racionais da matemática, em que tem de ser pressuposta uma intuição a priori (espaço e tempo) e não apenas um pensamento discursivo, despertavam a atenção como sobre uma espécie de *magia*, unicamente para tornar compreensível a si a possibilidade, não apenas da ampliação de nossos conceitos de grandeza em geral, mas também das propriedades particulares e por assim dizer ricas em segredos dos mesmos. - A história conta que a descoberta da relação numérica entre os tons e da lei segundo a qual eles unicamente produzem uma música lhe inspirou a ideia: pelo fato que nesse jogo de sensações a matemática (como ciências dos números) contém igualmente o princípio da forma do mesmo (e na verdade, como parece,

---

<sup>6</sup> Em todas essas inferências Platão procede pelo menos consequentemente. Ele indubitavelmente pensava, embora de modo obscuro, a questão que apenas há pouco tempo se expressou claramente: "Como são possíveis proposições sintéticas a priori?" Se ele pudesse ter adivinhado naquele tempo o que apenas mais tarde foi encontrado - de que certamente haveria *intuições* a priori, mas não do entendimento humano, contudo *sensíveis* (sob o nome de espaço e tempo); que por isso todos os objetos dos sentidos são para nós\* meramente fenômenos, e que mesmo suas formas, que podemos determinar a priori na matemática, não são as das coisas em si mesmas, mas formas (subjetivas) de nossa sensibilidade, que portanto valem para todos os objetos de uma experiência possível, [AA 392] mas não também para um passo adiante - assim ele não teria procurado a intuição pura (a qual ele precisava para tornar o conhecimento sintético a priori compreensível a si mesmo) no entendimento divino e nos seus arquétipos de todas as coisas como objetos independentes; e então por exaltação ter acendido a tocha. - Pois ele teve muito bem a perspicácia de que se ele na intuição, que se encontra na base da geometria, quisesse afirmar que se pode intuir *empiricamente* o objeto em si mesmo, então o juízo geométrico e toda a matemática seriam simples ciência da experiência; o que contradiz a *necessidade* que (ao lado da intuibilidade) justamente é o que lhe assegura uma posição tão elevada entre todas as ciências (K).

\*tornam-se conhecidos meramente como fenômenos (aventa a AA).

a priori, devido a sua necessidade), nos habita uma – ainda que somente obscura – intuição de uma natureza que foi ordenada por um entendimento que reina sobre ela segundo equações matemáticas; cuja ideia então aplicada aos corpos celestes também produziu a teoria da harmonia das esferas. Ora, nada é mais vivificante dos sentidos do que a música; mas o princípio vivificante no ser humano é a alma; e visto que a música, segundo Pitágoras, repousa simplesmente sobre percebidas proporções numéricas, e (o que é bom notar) aquele princípio vivificante no ser humano, a alma, é ao mesmo um ente livre que se determina a si mesmo: assim a sua própria definição, *anima est numerus se ipsum movens*<sup>7</sup>, talvez deixe compreender-se e em certa medida justificar-se, contanto que se [AA 393] admita que ele mediante esta faculdade de mover-se por si mesmo quis aludir à sua diferença em relação à matéria, como a que é em si mesma carente de vida e somente móvel por algo externo, por conseguinte à liberdade.

Portanto, era sobre a *matemática* que tanto Pitágoras quanto Platão *filosofavam*, na medida em que eles consideravam todo o conhecimento a priori (quer contivesse intuição ou conceito) como algo intelectual, e mediante esta filosofia acreditavam encontrar um *segredo* onde não há segredo algum: não porque a razão possa responder a todas as questões concernentes a ela, mas porque seu oráculo emudece quando a questão se elevou até um ponto tão alto que não tenha mais nenhum sentido. Se, por exemplo, a geometria apresenta algumas denominadas *belas* propriedades do círculo (como se pode verificar em Montucla<sup>8</sup>), e se agora se pergunta: de onde lhe advêm estas propriedades que parecem conter uma espécie de ampla utilidade e de conformidade finalística? Então nenhuma outra resposta pode ser dada a isto que: *Quaerit delirus quod non respondet Homerus*.<sup>9</sup> Com isso aquele que quer resolver filosoficamente um problema matemático contradiz-se a si mesmo; por exemplo: que faz com que a relação *racional* entre os três lados de um triângulo retângulo somente possa ser a dos números 3, 4 e 5?<sup>10</sup> Mas este que *filosofando* sobre um problema matemático acredita topar aqui com um segredo, e justamente por isso ver algo exageradamente grande, onde ele nada vê; e aposta exatamente em que ele meditando sobre uma ideia em

---

<sup>7</sup> A alma é número que se move a si mesmo.

<sup>8</sup> Montucla, *Histoire des mathématiques*, Paris, 1758.

<sup>9</sup> Um louco pergunta algo a que nem Homero responde.

<sup>10</sup> Veja-se a propósito dessa passagem a resposta de Kant a uma polêmica de Reimarus, in: *Ausgleichung eines auf Mißverstand beruhenden mathematischen Streits* (Liquidação de uma contenda matemática baseada em um mal-entendido). AA VIII 407-410.

si que ele não pode nem tornar compreensível a si nem comunicar aos outros, exalta-se no sentimento e no gozo com a filosofia autêntica (*philosophia arcani*<sup>11</sup>), onde o talento poético encontra alimento: o que certamente é de longe mais convidativo e brilhante do que a lei da razão de assenhorear-se de uma posse mediante o trabalho; no que, porém, também indigência e arrogância dão a impressão cômica de ouvir a filosofia falar em um *tom distinto*.

Contrariamente, a filosofia de *Aristóteles* é trabalho. Aqui, porém, eu o considero (como os dois anteriores) somente enquanto metafísico, isto é, enquanto desmembrador de todo o conhecimento *a priori* em seus elementos, e como artista da razão que a partir daí (das categorias) os recompõe; essa sua elaboração, até onde ela é suficiente, conservou sua utilidade, embora em verdade no *progredir* tenha fracassado ao estender esses mesmos princípios que são válidos no domínio sensível (sem que ele notasse o perigoso salto que ele tinha aqui de dar) também ao domínio supra-sensível, até onde suas categorias não [AA 394] alcançam: no que era necessário dividir e medir antes o órgão do pensamento em si mesmo, a razão, segundo os dois campos da mesma, o teórico e o prático, mas cujo trabalho ficou reservado a épocas posteriores.

Agora nós queremos então escutar e apreciar o novo tom no filosofar (no qual se pode dispensar a filosofia).

\*\*\*

Que pessoas *distintas* filosofam, ainda que isso ocorresse até o extremo da metafísica, tem de ser lhes considerada a máxima honra, e eles merecem indulgência em seu (sequer evitável) atentar contra a escola, porque descem a esta em pé de igualdade civil.<sup>12</sup> Que, porém, aqueles

---

<sup>11</sup> Filosofia de arcano.

<sup>12</sup> Há, contudo, uma diferença entre filosofar e fazer-se passar por filósofo. O último acontece no tom distinto, quando o despotismo sobre a razão do povo (e mesmo sobre a sua própria razão) é, mediante aprisionamento a uma crença cega, feito passar por filosofia. A isso pertence, por exemplo, “a crença na legião do trovão no tempo de Marco Aurélio”, e igualmente “no fogo que por um milagre irrompeu sobre os escombros de Jerusalém para ridicularizar o apóstata Juliano”; crença que é feita passar como a filosofia autêntica e propriamente dita. E o contrário dela mesma é denominado “descrença de carvoeiro” (justamente como se os queimadores de carvão vegetal, profundamente adentrados em suas florestas, fossem autorizados a ser muito incrédulos em relação aos contos de fadas lhe que foram narrados): ao que então se acrescenta também a garantia de que a

que querem ser filósofos *procedam distintamente*, não pode de modo algum ser-lhes desculpado, porque eles se elevam sobre os seus *pares* e violam o direito inalienável à liberdade e à igualdade deles em assuntos da simples razão.

[AA 395] O principio de querer filosofar por influência de um *sentimento* superior é de todos o mais feito para o tom distinto; pois quem quer contestar meu sentimento? Ora, se posso ainda tornar plausível que este sentimento não seja meramente subjetivo em mim, mas possa ser exigido de cada um, por conseguinte também objetivamente e como elemento de conhecimento, portanto não raciocine porventura meramente como conceito, mas tenha validade como intuição (percepção do próprio objeto): então estou em grande vantagem entre todos aqueles que primeiro têm de justificar-se para poderem vangloriar-se da verdade de suas asserções. Por isso posso falar no tom de um senhor, que está dispensado do trabalho de provar o título de sua posse (beati possidentes).<sup>13</sup> – Portanto, viva a filosofia a partir de sentimentos, que nos leva diretamente à própria coisa! Fora com a subtilização a partir de conceitos, que somente ensaia pelo rodeio de traços gerais e que, antes ainda de ter uma matéria de que possa imediatamente lançar mão, reclama primeiro determinadas formas às quais possa atribuir aquela matéria! E, posto também que a razão de modo algum possa justificar-se ulteriormente sobre a legitimidade da aquisição desses seus elevados conhecimentos, então permanece contudo um factum: “A filosofia tem os seus segredos *que podem ser sentidos*”.<sup>14</sup>

---

filosofia já chegou ao fim há dois mil anos atrás, porque “o estagirita conquistou tanto para a ciência, que deixou aos sucessores pouca coisa de relevante para descobrir”. Assim os niveladores da constituição política não são simplesmente aqueles que, segundo Rousseau, querem que os cidadãos em conjunto sejam iguais uns aos outros, porque cada um é *todos*; mas são também aqueles que querem que todos sejam iguais entre si, porque com exceção de Um eles seriam coletivamente *nada*, e são monarquistas por inveja: elevando ora Aristóteles ora Platão ao trono, para, sendo conscientes de sua própria incapacidade de pensar por si mesmos, não suportar a odiosa comparação com outros ainda vivos. E assim (principalmente mediante o último dito) o homem distinto faz-se passar por filósofo ao colocar um ponto final, pelo obscurecimento, a todo o filosofar posterior. – Não se pode apresentar melhor esse fenômeno em sua devida luz do que mediante a fábula de Voß (*Berl. Monatsschr.*, novembro de 1795, última página), um poema que por si só é digno de uma hecatombe (K).

<sup>13</sup> Felizes os que possuem.

<sup>14</sup> Um famoso possuidor dos mesmos <mistérios> se expressa assim sobre o assunto: “Desde que a razão como legisladora da vontade tenha de dizer com respeito aos fenômenos (entendendo-se aqui as ações livres dos homens): *você me apraz – você não me apraz*, terá de considerar os fenômenos como efeitos de realidades”,\* do que ele então conclui: que sua legislação não apenas necessita uma *forma* como fundamento de deter-

[AA 396] Ora, para esta pretensa capacidade de sentir um objeto que, contudo, só pode ser encontrada na razão pura, é determinante a seguinte circunstância. – Até agora só se ouvira falar de *três* graus de assentimento até o seu dissipar-se em completa ignorância: saber, crer, e opinar.<sup>15</sup> agora é encetada uma nova ignorância, [AA 397] que não tem

---

minação da vontade, mas também uma *matéria* (elemento, fim), ou seja, que um *senti-mento de prazer* (ou desprazer) em um objeto *tem de preceder*, se a razão tiver de ser prática. – Este erro, se o deixássemos introduzir-se furtivamente, destruiria toda a moral e não deixaria mais que a máxima da felicidade, que em realidade não pode ter nenhum princípio objetivo (porque difere de acordo com as diferenças entre os sujeitos); este erro, digo eu, só pode ser verdadeiramente trazido à luz mediante a *pedra de toque dos sentimentos* que se segue. É *patológico* aquele prazer (ou desprazer) que, para que o fato ocorra, necessariamente tenha de *preceder a lei*; mas é *moral* aquele ao qual, para que esse <fato> ocorra, a lei deva necessariamente *preceder*. Aquele <primeiro> é baseado em princípios empíricos (a matéria do arbítrio), este num princípio puro a priori (que concerne unicamente à forma de determinação da vontade). Com ele se pode também facilmente revelar a falácia (fallacia causae non causae), quando o eudaimonista anuncia que o prazer (*satisfação*) que o homem reto tem em vista, em virtude da [AA 396] consciência de ter dirigido bem a sua conduta de vida (juntamente com a perspectiva da sua *felicidade* futura), é de fato a verdadeira *mola propulsora* (conforme à lei). Então, desde que eu deva pressupor que ele é um homem reto e obediente à lei, isto é, alguém em quem *a lei precede o prazer*, de modo que ele possa subsequentemente sentir um prazer da alma pela consciência de ter dirigido bem a sua conduta na vida: então é um círculo vazio no raciocínio fazer do prazer, que é uma *consequência*, uma *causa* daquela conduta da vida.

No que concerne, contudo, ao *sincretismo* de alguns moralistas, quando, apesar de não totalmente, mas *em parte*, fazem da *eudaimonia* o princípio objetivo da moralidade (se for admitido que ela tenha também uma inadvertida influência subjetiva sobre a vontade humana de acordo com o dever): assim este é sempre o caminho direto para ser sem princípio algum. E isso porque as molas propulsoras mistas e tomadas emprestadas da felicidade – mesmo que produzam exatamente as mesmas *ações* que surgem dos princípios morais puros – ainda assim, ao mesmo tempo, contaminam e enfraquecem a própria *disposição* moral, cujo valor e alto grau consistem precisamente em provar que, pela desconsideração destas molas propulsoras e prevalecendo as suas solicitações, não se obedece a não ser à lei (K).

\*Tanto a citação anterior do texto “A filosofia tem...”, quanto a da nota “Desde que a razão...”, são citações de Schlosser.

<sup>15</sup> A palavra intermediária é também às vezes empregada em sentido teórico, significando o mesmo que tomar algo por *provável*; e então tem de ser considerado que, daquilo que está além dos limites de toda a experiência possível, não se pode dizer que seja *provável* nem *improvável*, e com isso mesmo a palavra crença em relação a tal objeto jamais ocorre em *sentido teórico*. Sob a expressão “isto ou aquilo é *provável*” se entende algo intermediário (o tomar por verdadeiro) entre o opinar e o saber; e aqui acontece o mesmo com todos os outros intermediários, <sendo que> disso se pode fazer *o que se quer*. - Mas quando alguém, por exemplo, diz que é pelo menos *provável* que a alma viva depois da morte, então ele não sabe *o que quer*. Pois provável se chama aquilo que, quando tomado por verdadeiro, tem mais da metade da certeza (a razão suficiente) do seu lado. Assim os fundamentos na sua totalidade devem conter um saber parcial, uma parte do *conhecimento* do objeto que se está julgando. Se o objeto <*Gegenstand*> não é de modo algum um

nada em comum com a lógica e que não deve ser nenhum progresso do entendimento, mas uma pré-sensação <*Vorempfindung*> (praevisio sensitiva) daquilo que não é de modo algum objeto dos sentidos: isto é, um *pressentimento* do supra-sensível.

[AA 398] Ora, que nisso se encontre certo tato místico, um salto mortal <*Übersprung*> (salto mortale) de conceitos ao impensável, uma faculdade de lançar mão daquilo que nenhum conceito alcança, uma expectativa de segredos ou, muito antes, demorar-se neles, mas propria-

---

objeto <*Objekt*> de um conhecimento possível a nós (como a natureza da alma, enquanto substância viva também fora da conexão com um corpo, quer dizer, enquanto espírito): então sobre a sua [AA 397] possibilidade não podemos julgar nem provavelmente nem improvavelmente, visto que em absoluto não pode ser julgada. Pois os pretendidos fundamentos do conhecimento estão em uma série que em absoluto não pode ser aproximada do fundamento suficiente em meio ao próprio conhecimento, dado que se referem a algo supra-sensível, em relação ao qual <e> enquanto tal não é possível conhecimento teórico algum.

O mesmo se passa com o *testemunho* versado por outrem sobre algo que supostamente tem que se referir ao supra-sensível. O tomar por verdadeiro de um testemunho é sempre algo empírico; e a pessoa em cujo testemunho se deve acreditar tem de ser objeto de uma experiência. Se ela, porém, for tomada como um ente supra-sensível, não posso ser-instruído por nenhuma experiência acerca da sua própria existência (porque isso contradiz a si mesmo), nem acerca de que é tal ente que testemunha isso; nem também pode ser inferido isso da minha impossibilidade subjetiva de explicar o fenômeno do que é convertido em minha aclamação interna, a não ser mediante algo que é de influência supranatural (como conseqüência do que acaba de ser dito sobre o ajuizamento segundo probabilidade). Não há, portanto, nenhuma fé teórica no supra-sensível.

Todavia, em sentido prático (moralmente-prático) uma crença no supra-sensível não é apenas possível, mas é também extremamente conectada com esse <ponto de vista>. Pois o grau da moralidade em mim, mesmo que supra-sensível e com isso não empírico, é, todavia, dado com inequívoca verdade e autoridade (mediante um imperativo categórico), mas que prescreve um fim (o sumo bem) que, considerado teoricamente, não pode ser alcançado apenas com minhas forças, sem que para isso contribua o poder de um regente do mundo. Mas *acreditar* nele de modo prático-moral não significa aceitar antes teoricamente como verdade sua realidade, de modo que, para entender esse fim prescrito, ter-se-ia que obter esclarecimento e, para efetivá-lo, molas propulsoras – pois para isso a lei da razão já é objetivamente suficiente. Significa, contudo, agir de acordo com o ideal deste fim, como se tal regente do mundo fosse efetivamente real. Porque esse imperativo (que não prescreve crença, mas ação) contém, do lado do homem, a obediência e a submissão de seu *arbítrio* à lei; mas, ao mesmo tempo, do lado da *vontade* que prescreve a ele tal fim, uma capacidade (que não é a humana) adaptada àquele fim, em vista do qual a razão humana pode até prescrever ações, mas não o resultado das ações (a consecução do fim), como algo que não está sempre nem completamente em poder dos homens. Portanto no imperativo categórico para a matéria da razão prática, que diz ao homem: quero que a tua vontade concorde com o fim terminal de todas as coisas, há assim, simultaneamente pensada, a pressuposição de uma vontade legisladora que contém todo o poder (divino) e não necessita ser particularmente imposta (K).

mente dissonância de cabeças até a exaltação: <isso> parece por si evidente. Pois pressentimento é uma obscura pré-expectativa e contém a esperança de um esclarecimento que, porém, em problemas da razão somente é possível mediante conceitos; portanto, se aqueles <conceitos> são transcendentais e não podem levar a nenhum *conhecimento* próprio do objeto, eles necessariamente têm de prometer um sucedâneo dos mesmos, uma comunicação sobrenatural (iluminação mística): o que é então a morte de toda a filosofia.

Portanto, Platão, o *acadêmico*, foi, embora sem sua culpa, o pai de toda a exaltação *na filosofia* (pois ele usou suas intuições intelectuais só regressivamente, para *explicar* a possibilidade de um conhecimento sintético a priori, e não progressivamente, para *ampliá-lo* mediante aquelas ideias legíveis no entendimento divino). - Mas eu não gostaria de confundir o Platão das *Cartas* (recentemente traduzidas ao alemão)<sup>16</sup> com o primeiro. Este quer, além “das quatro *coisas* pertencentes ao conhecimento: o *nome* do objeto, a *descrição*, a *apresentação*, e a *ciência*, ainda uma quinta [roda no carro], a saber, ainda o próprio objeto e seu *verdadeiro ser*.” – “Ele [como filósofo exaltado] quer ter apreendido essa essência imutável, que somente se deixa intuir na alma e pela alma e que nesta, porém, acende espontaneamente para si uma luz como uma centelha que salta do fogo. Contudo, desse filósofo não se pode falar, porque seria imediatamente convencido de sua ignorância, pelo menos para o povo: porque toda tentativa dessa espécie já seria perigosa, em parte pelo fato que essas elevadas verdades <seriam> expostas a um grotesco desprezo, em parte pelo fato [que é aqui o único racional] que se permitiria à alma ser cativada por esperanças vazias e pelo presunçoso delírio do conhecimento de grandes segredos.”<sup>17</sup>

Quem não vê aqui o mistagogo<sup>18</sup>, que não se exalta simplesmente por si mas ao mesmo tempo pertence a uma seita e, enquanto ele à diferença do povo (sob o qual entendem-se todos os não-iniciados) fala aos seus adeptos com sua pretensa filosofia, torna *distinto!* – Seja-me permitido dar a respeito alguns exemplos recentes.

Na recente linguagem mítico-platônica significa: “Toda a filosofia [AA 399] dos seres humanos somente pode desenhar a aurora; o sol tem de ser pressentido.” Mas ninguém pode pressentir um sol, se ele já

<sup>16</sup> Kant refere-se aí à tradução de Schlosser (cf. AA).

<sup>17</sup> São todas, igualmente, citações de Schlosser (cf. AA).

<sup>18</sup> Termo de origem grega, que significa alguém que inicia outros nos mistérios, cerimônias e rituais duma religião.

não viu um; pois poderia muito bem ocorrer que em nosso globo à noite se seguisse regularmente o dia (como na história da criação, de Moisés), sem que a gente, devido ao céu constantemente coberto, jamais conseguisse ver um sol e, não obstante, todas as atividades seguissem o seu devido curso de acordo com essa mudança (do dia e da estação). Entretanto, em tal estado de coisas, um verdadeiro filósofo, de fato, não poderia *pressentir* um sol (pois este não é assunto seu), mas talvez *supô-lo* para, mediante aceitação de uma hipótese sobre tal corpo celeste, poder explicar aquele fenômeno, e também com tanta sorte encontrá-lo. – Em verdade não é possível penetrar o sol (o supra-sensível) com o olhar sem ficar cego. Mas vê-lo nos reflexos (da razão que ilumina moralmente a alma), e mesmo suficientemente em perspectiva prática, como o Platão antigo fazia, é totalmente factível: contrariamente a isso, os neoplatônicos “certamente nos fornecem somente um sol teatral”, porque eles nos querem iludir mediante sentimentos (pressentimentos), isto é, querem simplesmente iludir o <lado> subjetivo, que não fornece nenhum conceito do objeto, para nos entreter com o delírio de um conhecimento do <lado> objetivo, o que se aplica ao que é exaltado. – Ora, em tais expressões figuradas, que devem tornar compreensível aquele pressentir, o filósofo sentimental platonizante é inesgotável: por exemplo, “aproximar-se tanto da deusa da sabedoria que se pode ouvir o ruído de sua veste”; mas também na apreciação da arte do *Pseudo-Platão*, “visto que ele não pode levantar o véu de Ísis e, contudo, torná-lo tão tênue, que se pode *pressentir* a deusa sob ele.” Quão tênue, não é dito aqui; presumivelmente, contudo ainda tão espesso que se pode fazer do fantasma o que se quer: pois do contrário tratar-se-ia de um ver que, antes, deveria ser evitado.

Ora, para o mesmo fim, na falta de provas precisas são convocadas como argumentos “analogias, probabilidades” (das quais já se falou acima), e “risco de castração da razão tornada tão sensível por sublimação metafísica<sup>19</sup>, [AA 400] que ela dificilmente poderá sobreviver à luta

---

<sup>19</sup> O que disse até agora o neoplatônico, no que concerne ao tratamento do seu tema, é pura *metafísica*, e pode então referir-se apenas aos princípios formais da razão. Mas ele introduz inadvertidamente também uma *hiperfísica*, ou seja, não só princípios da razão prática, mas uma teoria da *natureza* do supra-sensível (de Deus, do espírito humano), e [AA 400] pretende ter urdido isso de um modo “não tão sutil”. Por meio do seguinte exemplo se pode elucidar, no entanto, que uma filosofia, que aqui concerne à matéria (ao objeto) dos conceitos puros da razão, não é *absolutamente nada* quando ela (como na teologia transcendental) não tiver sido meticulosamente separada de todos os traços empíricos.

O conceito transcendental de Deus, como *o mais real dos entes*, por mais abstrato que seja, não pode ser tratado na filosofia, dado que pertence à associação e, ao mesmo tempo, à elucidação de tudo que for concreto e puder subsequentemente ser introduzido na teologia e na doutrina da religião aplicadas. Agora se pergunta: devo eu pensar Deus como a suma (*complexus, aggregatum*) de todas as realidades ou como o *fundamento* supremo das mesmas? Se faço o primeiro, tenho de aduzir exemplos desta matéria a partir da qual componho o Ser supremo, para que o próprio conceito não fique vazio e sem significado. Terei então de atribuir a ele, como realidades, um *entendimento* ou mesmo uma *vontade*, e assim por diante. Agora, porém, todo o entendimento que eu conheço é uma faculdade *de pensar*, isto é, uma faculdade representacional discursiva ou uma faculdade tal que seja possível mediante uma nota comum a várias coisas (de cujas diferenças devo, portanto, abstrair no pensamento), que pois não é possível sem uma *limitação* do sujeito. Consequentemente não se deve tomar o entendimento divino como uma faculdade de pensar. Mas eu não tenho nem o mínimo conceito de outros entendimentos, que seriam algo como uma capacidade de intuição; consequentemente, o conceito de um entendimento que eu atribuo ao Ser supremo carece totalmente de sentido. – Outrossim, quando lhe atribuo alguma outra realidade, uma *vontade* pela qual é causa de todas as realidades fora dele, tenho de assumir que a satisfação (*acquiescentia*) da mesma <realidade> não depende de modo algum da existência de coisas fora dele, pois isso seria uma limitação (*negatio*). Agora, em contrapartida, não tenho o mínimo conceito, nem posso apresentar algum exemplo, de uma vontade na qual o sujeito não fundamentasse a sua satisfação no *êxito* de seu querer, que não *dependesse*, portanto, da existência de objetos externos. Então, como no primeiro caso, o conceito de uma vontade do Ser supremo como uma realidade inerente a ele é, ou bem um conceito vazio, ou bem (o que seria ainda pior) um conceito antropomórfico, o qual, desde que conduzido ao prático, o que é inevitável, corrompe toda a religião e a converte em idolatria. – Mas, se me formo do ens realissimum o conceito de *fundamento* de toda a realidade, então digo que Deus contém o fundamento de tudo aquilo do mundo *para o qual nós homens temos de supor um entendimento* (por exemplo, tudo que nele <no mundo> é [AA 401] conforme a fins); ele é o ente no qual tem sua origem a existência de todos os entes do mundo, não por necessidade de sua natureza (per emanationem), senão que pela relação para a qual *nós homens* temos que supor uma *vontade livre*, se queremos tornar-nos compreensível a possibilidade da mesma. Ora, o que é (objetivamente) a natureza do Ser supremo pode resultar completamente inescrutável para nós e estar inteiramente fora da esfera de todo o conhecimento teórico possível a nós, e ainda assim (subjetivamente) pode ser dada a esses conceitos realidade em *sentido prático* (na conduta da vida); em relação ao qual apenas pode ser assumida uma *analogia* do entendimento e da vontade divina com o <entendimento> do homem e sua razão prática, ainda que num sentido teórico não haja absolutamente nenhuma analogia entre eles. Ora, o conceito de Deus, que a razão prática obriga-nos a *formar para nós mesmos*, decorre da lei moral que nossa própria razão com autoridade nos prescreve, e não da teoria da natureza das coisas em si mesmas.

Se assim um dos homens de força, que ultimamente anunciam com entusiasmo uma sabedoria que não lhes custa nenhum esforço, porque agarram ao vôo sua deusa pela ponta do seu vestido e pretendem ter-se apoderado dela, diz que menospreza aquele que pensa *criar seu próprio Deus*, esta é uma singularidade daquela casta cujo tom (como pessoas especialmente favorecidas) é *distinto*. Pois é por si claro que um conceito que tem de proceder de nossa razão tenha de ser formado por nós mesmos. Se o quiséssemos ter tomado de algum fenômeno (de um objeto da experiência), então o fundamento do nosso conhecimento seria empírico e incapaz de atingir validade para qualquer um ou a certeza apoditicamente prática que tem de possuir uma lei que obriga universalmente.

contra o vício”; porquanto justamente nesses princípios a priori a razão prática verdadeiramente sente a sua – afora isso, jamais pressentida – força e, muito antes, é castrada e paralisada pelo atribuído elemento empírico (que justamente por isso é inapto à legislação universal).

\*\*\*

[AA 401] Finalmente, a mais recente sabedoria alemã expõe à prova seu apelo de *filosofar mediante o sentimento* (não porventura como aquela, vários anos mais antiga, de *mediante filosofia pôr o sentimento* moral em movimento e *vigência*), na qual ela necessariamente tem de sair perdendo. Seu chamamento soa: “O indício mais seguro da autenticidade da filosofia humana não é esse, que ela nos torne mais certos, mas que [AA 402] ela nos torne *melhores*.”<sup>20</sup> – Não se pode pretender dessa prova que o melhoramento do ser humano (provocado pelo sentimento de segredo) seja certificado por um fiscal de moedas, cuja moralidade seja experimentada sobre o cadinho de provas; pois, em verdade, cada um pode facilmente ponderar o peso de boas ações, mas quem pode prestar um testemunho *publicamente válido* sobre quanto de moeda nobre elas possuem na disposição? E, não obstante, tal testemunho teria de existir, se por ele devesse provar-se que aquele sentimento em geral torne os seres humanos melhores, contra o que a teoria científica é infecunda e inoperante. Portanto, nenhuma experiência pode fornecer a pedrada-toque para tanto, mas essa tem de ser procurada unicamente na razão prática, como dada a priori. A experiência interior e o sentimento (que em si é empírico e com isso contingente) são excitados unicamente pela voz da razão (*dictamen rationis*), que fala a todos clara e distintamente e é apta a um conhecimento científico; porém uma regra prática própria da

---

Muito antes, teríamos de comparar primeiro uma sabedoria, que nos é apresentada em forma pessoal, com aquele conceito feito por nós mesmos como um arquétipo, para ver se a essa pessoa corresponde o caráter daquele arquétipo feito por nós mesmos; porém, mesmo supondo que não encontrássemos nela nada que contrariasse esse caráter, ainda assim seria absolutamente impossível conhecer sua adequação ao mesmo <arquétipo>, a não ser por meio de uma experiência supra-sensível (já que o objeto é supra-sensível), o que é em si contraditório. A *teofania* converte então a ideia de Platão em um *ídolo*, que só pode ser venerado supersticiosamente; enquanto que a *teologia*, que parte dos conceitos da nossa própria razão, estabelece um *ideal* que nos converte à adoração, já que este mesmo surge dos mais sagrados deveres, que são independentes da teologia (K).

<sup>20</sup> A citação é de Schlosser (cf. AA).

razão não é porventura introduzida pelo sentimento, o que é impossível: porque do contrário aquela jamais poderia ser universalmente válida. Portanto, se tem de poder saber a priori que princípio pode formar e formará seres humanos melhores, desde que unicamente o traga nítida e constantemente em sua alma e preste atenção à forte impressão que ele produz nela.

Ora, todo ser humano encontra em sua razão a ideia do dever e estremece ao ouvir sua voz brônzea, se nele agitam-se inclinações que o tentam à desobediência contra ela. Ele está convencido que, ainda que todas as últimas conspirem unidas contra aquela, a majestade da lei, que a sua própria razão lhe prescreve, contudo tem de indubitavelmente prevalecer sobre todas elas e que, portanto, também sua vontade seja capaz de tal. Tudo isso pode e tem de ser representado ao ser humano, se não de modo científico, todavia nitidamente, para que esteja certo tanto da autoridade de sua razão auto-ordenadora, quanto de seus próprios mandamentos; e nesta medida é teoria. – Ora, apresentarei o ser humano, como ele pergunta a si mesmo: o que é isso em mim, que faz com que eu possa sacrificar as mais íntimas tentações de meus impulsos e todos os desejos que resultam de minha natureza, a uma lei que não me promete como compensação nenhum proveito e não ameaça com nenhuma perda na transgressão da mesma; sim, que eu por isso tanto mais intimamente reverencio, quanto mais rigorosamente ela ordena e quanto menos ela oferece em troca? Esta pergunta excita a alma toda mediante a admiração pela grandeza e sublimidade da predisposição interior na [AA 403] humanidade e, ao mesmo tempo, pela impenetrabilidade do segredo que ela oculta (pois a resposta: trata-se da *liberdade*, seria tautológica, porque justamente esta constitui o próprio segredo). Não se pode ficar saciado de tê-la em mira e de admirar em si mesmo um poder que não cede a nenhum poder da natureza; e esta admiração é justamente o sentimento gerado a partir de ideias, que se, para além de doutrinas da moral de escolas e púlpitos, a apresentação desse segredo constituísse ainda uma ocupação freqüentemente repetida dos mestres, penetraria fundo na alma e não careceria tornar os seres humanos moralmente *melhores*.

Ora, aqui se acha aquilo que Arquimedes precisava, mas não encontrou: um ponto firme, em que a razão pode apoiar sua alavanca, a saber, sem o colocar nem num mundo presente nem num mundo futuro, mas simplesmente em sua ideia interior de liberdade, que mediante a lei moral inabalável se apresenta como fundamento seguro para mediante seus princípios mover a vontade humana, mesmo contra a resistência de toda a natureza. Ora, este é o segredo, que somente depois de lento de-

envolvimento dos conceitos do entendimento e de princípios cuidadosamente testados, portanto somente mediante trabalho pode *ser sentido*. – Não é empírico (proposto à razão para solução), mas dado a priori (como efetiva perspicácia dentro dos limites de nossa razão), e inclusive amplia o conhecimento da razão até o supra-sensível, porém somente em perspectiva prática: não porventura mediante um *sentimento* que fundamentasse o conhecimento (o conhecimento místico), mas mediante um *conhecimento* claro que atua sobre o sentimento (o sentimento moral). – O tom do que se julga possuidor desse verdadeiro segredo não pode ser distinto: pois somente o saber dogmático ou histórico enche-se de vaidade. Aquele primeiro, que mediante a crítica de sua própria razão baixa de tom, coage inevitavelmente à moderação em pretensões (humildade); porém a presunção do último, a erudição em Platão e nos clássicos, que pertence apenas à cultura do gosto, não pode autorizar a querer bancar com ela o filósofo.

A censura desta pretensão não me pareceu ser supérflua em nossos tempos, onde um ornamento com o título de filosofia tornou-se uma coisa da moda, e em que o filósofo da *visão* (desde que se admita tal filósofo), devido à comodidade de mediante um ímpeto audaz alcançar sem esforço o topo da perspicácia, poderia, sem se fazer notar, reunir uma grande [AA 404] quantidade de adeptos em torno de si (visto que a audácia é contagiosa): o que a polícia não pode tolerar no reino das ciências.

A maneira aviltante de contestar como pedantismo, sob o nome de “uma *manufatura de formas*”<sup>21</sup>, o *formal* em nosso conhecimento (o qual, contudo, é a ocupação mais importante da filosofia) confirma essa suspeita, a saber, de uma intenção secreta de, sob o rótulo de filosofia, em realidade degredar toda a filosofia, e como vencedor fazer-se de distinto sobre ela (*pedibus subiecta vicissim obteritur, nos exaequat victoria coelo. Lucrécio*)<sup>22</sup>. – Porém quão pouco esta tentativa, sob a elucidação de uma crítica sempre vigilante, é apta a ser bem sucedida, pode ser deduzido do seguinte exemplo.

A essência da coisa consiste na forma (*forma dat esse rei*,<sup>23</sup> dizia-se entre os Escolásticos), na medida em que esta deve ser conhecida mediante a razão. Se essa coisa é um objeto dos sentidos, então se trata

---

<sup>21</sup> A expressão é de Schlosser: *Formgebungsmanufactur* (cf. AA).

<sup>22</sup> Ela, em represália, será pisada fortemente com os pés; a nós a vitória torna iguais ao céu.

<sup>23</sup> A forma dá ao ser a coisa.

da forma das coisas na intuição (enquanto fenômenos), e mesmo a matemática pura não é senão uma doutrina das formas da *intuição* pura; do mesmo modo a metafísica como filosofia pura funda seu conhecimento acima de tudo sobre *formas de pensar*, sob as quais depois todo objeto poderá (matéria do conhecimento) ser subsumido. Sobre essas formas baseia-se a possibilidade de todo o conhecimento sintético a priori, cuja posse não poderíamos, contudo, contestar. – Porém a passagem ao suprasensível, à qual a razão irresistivelmente nos impele e que ela somente pode realizar em perspectiva moral-prática, ela a efetua também unicamente mediante tais leis (práticas), as quais tomam como princípio, não a matéria das ações livres (seu fim) mas apenas sua forma, a aptidão das suas máximas à universalidade de uma legislação em geral. Em ambos os campos (o teórico e o prático) não se trata de uma *formação* arbitrária, organizada *conforme a um plano* ou até mesmo *de modo fabricado* (em benefício do Estado), mas do precedente trabalho diligente e cuidadoso do sujeito antes de toda a *manufatura* que maneje o objeto dado, sem sequer pensar nisso, para admitir e dignificar sua própria faculdade (a razão); contrariamente, o homem honrado, que para a visão do suprasensível anuncia um oráculo, não pode recusar que o aplicou a um tratamento mecânico das cabeças e que lhe ajuntou o nome de filosofia só por uma questão de honra.

\*\*\*

[AA 405] Mas ora, para que toda essa disputa entre dois partidos, que no fundo têm um e o mesmo bom propósito, a saber, tornar os seres humanos sábios e probos? – Trata-se de um barulho por nada, de uma desunião por mal-entendido, na qual não se necessita nenhuma reconciliação, mas apenas um esclarecimento recíproco para concluir um acordo, que torna a harmonia para o futuro ainda mais íntima.

A deusa velada, diante da qual nós de ambos os lados curvamos nossos joelhos, é a lei moral em nós em sua majestade invulnerável. Nós, em verdade, ouvimos sua voz e também entendemos extremamente bem o seu mandamento; porém ao lhe dar ouvidos ficamos em dúvida se ela provém do ser humano, da onipotência de sua própria razão, ou se ela provém de algum outro, cuja essência lhe é desconhecida e que fala ao ser humano mediante esta sua própria razão. No fundo talvez fizéssemos melhor se até nos dispensássemos desta investigação; visto que ela é meramente especulativa e o que nos obriga a fazer (objetivamente) permanece sempre o mesmo, quer ponhamos como fundamento um princí-

pio ou outro: só que o processo didático de conduzir a lei moral em nós a conceitos claros, segundo um método de ensino lógico, é própria e unicamente *filosófico*, porém aquele procedimento de personificar aquela lei moral e de fazer da razão que ordena moralmente uma velada Isis (ainda que não atribuamos a esta nenhuma outra propriedade que aquelas encontradas segundo tal método) é um modo de representação *estético* do mesmo objeto; dele a gente pode muito bem servir-se depois, se pelo primeiro método os princípios já tiverem sido conduzidos a sua pureza, para vivificar aquelas ideias mediante uma apresentação sensível, ainda que apenas analógica, contudo sempre com algum risco de cair em uma visão exaltada, que é a morte de toda a filosofia.

Portanto, poder *pressentir* aquela deusa constituiria uma expressão que não significaria mais nada que ser guiado por seu *sentimento* moral a conceitos de dever, antes ainda que se tenha podido tornar *claros* a si os princípios dos quais aquele sentimento depende; pressentimento esse de uma lei, o qual, tão logo mediante um tratamento sistemático alcance uma clara perspicácia, constitui a verdadeira ocupação da filosofia, sem a qual aquele veredicto da razão seria a voz de um *oráculo*,<sup>24</sup> que está exposto a toda sorte de interpretações.

---

<sup>24</sup> Este comércio de mistérios é de tipo bastante peculiar. Os adeptos do mesmo não ocultam ter acendido sua luz em Platão; [AA 406] e este suposto Platão admite abertamente que, quando se lhe pergunta em que então consiste isso (que é por ela iluminado), ele não sabe dizê-lo. Mas tanto melhor! Pois é auto-evidente que ele, outro Prometeu, teria roubado diretamente do céu a faísca necessária para tal. Pode-se bem falar num tom distinto quando se provém de uma antiga nobreza e pode dizer: “Em nossos avançados tempos quase tudo que se diz ou faz mediante sentimentos costuma ser considerado exaltação. Pobre Platão, se não tivesses levado impresso sobre ti o selo da antiguidade, e se nós pudéssemos pretender erudição sem haver-te lido, quem iria ainda querer ler-te nestes tempos *prosaicos*, em que a mais elevada sabedoria consiste em não ver mais do que aquilo que se tem diante dos pés e em não aceitar mais do que aquilo que se pode agarrar com as mãos?”\* -- Mas esta conclusão infelizmente não *procede*, ela prova demais. Pois *Aristóteles*, um filósofo extremamente *prosaico*, leva também sobre si o selo da antiguidade e, de acordo com aquele princípio, a pretensão de ser lido! – No fundo, mesmo toda a filosofia é *prosaica*; e uma proposta para agora voltar a filosofar poeticamente deveria ser acolhida como uma proposta válida também para o comerciante: de futuramente escrever seu livro-caixa não em prosa, mas em verso (K).

\*A frase é de Schlosser (cf. AA).

[AA 406] De mais a mais, “se” – sem admitir esta proposta a título de comparação, como Fontenelle dizia noutra ocasião – “o Sr. N., não obstante, quer crer piamente no oráculo, ninguém pode impedi-lo”.<sup>25</sup>

Königsberg

I. Kant

### **Anotação sobre esta tradução**

A presente versão em língua portuguesa de “Sobre um recentemente enaltecido tom de distinção na Filosofia” a partir do texto alemão *Von einem neuerdings erhobenen vornehmen Ton in der Philosophie*, publicado no número de maio da *Berlinische Monatschrift*, v. XXVII, pp. 387-426, de dezembro de 1796, ocorreu a partir de uma prática de tradução filosófica com alunos de pós-graduação e alguns de graduação em filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. A atividade, chamada inicialmente de “Café da manhã com Kant”, foi depois convertida em disciplina de tradução de textos filosóficos do PPG em Filosofia dessa Universidade.

O primeiro texto traduzido pelo grupo, “Anúncio do breve término de um tratado para a paz perpétua na filosofia” (*Verkündigung des nahen Abschlusses eines Tractats zum ewigen Frieden in der Philosophie*), de dezembro de 1796, saiu publicado no v. 5, n. 2, pp. 221-233, dez 2006, da revista *Ethic@* ([www.cfh.ufsc.br/ethic@/](http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/)).

Ambos os textos polêmicos foram escritos por Kant contra o filósofo popular neoplatônico J. G. Schlosser. Mas, como registráramos antes na anotação final à edição brasileira desse texto sobre a paz na filosofia, este de algum modo vinculava-se ao texto anterior, Sobre um tom de distinção na filosofia, na medida em que Schlosser, em seu “Escrito a um jovem homem que queria estudar a filosofia crítica”, que ori-

<sup>25</sup> Sobre essa citação a AA observa: “Presumivelmente a citação é reminiscência de uma passagem do “Anexo à história dos oráculos do Sr. von Fontenelle”: Bernhard von Fontenelle, *História dos oráculos pagãos*. Trad. ao alemão de J. Chr. Gottsched. Leipzig, 1730.”

ginou o texto de Kant sobre a paz na filosofia, respondia ao ataque que o filósofo de Königsberg lhe dirigira em “Sobre um recentemente enaltecido tom de distinção na filosofia”. Com o referido texto de Schlosser, portanto, Kant acertou contas em *Sobre a paz perpétua na filosofia*. Depois dele, Schlosser tentou continuar a polêmica com Kant, que, contudo, não reagiu mais a ela.

Acerca da origem do texto kantiano “Sobre um tom de distinção na filosofia”, aqui traduzido, a Edição da Academia informa:

O ensaio, aparecido no caderno de maio de 1796 da *Berliner Monatschrift*, volta-se predominantemente contra o texto de Schlosser: *Cartas de Platão sobre a revolução política de Siracusa (Platos Briefe über die syrakusanische Staatsrevolution)*, com uma introdução histórica e anotações de J. G. Schlosser, Königsberg 1795, e em verdade <dirige-se> especialmente contra algumas notas adicionadas por Schlosser (particularmente as das pp. 180-184 e 191-192).

Deixamos aos cuidados do leitor informar-se diretamente sobre o conteúdo e as teses kantianas apresentadas no texto dessa primeira polêmica. Esperamos poder oferecer oportunamente uma edição conjunta e comentada de ambos os textos traduzidos pelo grupo da UFSC.

A tradução baseou-se originalmente no texto da primeira edição (A), constante em *Kant Werke*. Ed. por Wilhelm Weischedel, v. V. Darmstadt: WBG, 1968, pp.375-402. Contudo a revisão final ocorreu a partir da Edição da Academia (AA): *Kants Werke*. Akademie Textausgabe, v. VIII. Berlin: Walter de Gruyter, 1968, pp.387-406. As páginas da edição da Academia vêm inseridas no corpo do texto. As notas de Kant serão seguidas de “(K)”, para distingui-las das notas dos tradutores.

Valerio Rohden

Curitiba, 18 de setembro de 2010